



CIEA7 #34:

OS ENTRAVES À CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO A GUINÉ-BISSAU.

Rui Jorge Semedo[©]

rjogos18@yahoo.com.br

O Estado da Guiné-Bissau e os seus desafios político-institucionais

Este trabalho procura abordar o percurso da construção do Estado da Guiné-Bissau tendo como pressuposto os efeitos da colonização portuguesa na instalação do novo regime político oficialmente assumido a partir de 10 de Setembro de 1974. A análise em questão concentra-se simultaneamente na avaliação do comportamento político do PAIGC durante a primeira, segunda e terceira República. Nesse sentido, observa-se respectivamente a marca da transição do poder das mãos do colonizador às do PAIGC - que então representava uma aspiração binacional Guiné-Caboverdiana -; o rompimento do pacto e o domínio de cada um sobre o seu território, e a adesão do país ao multipartidarismo. O propósito se insere na perspectiva de visualizar os cenários que influenciaram as frequentes alterações do poder constitucional e que obstaculizam a construção do Estado.

Estado, Guiné-Bissau, PAIGC.

[©] Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos/SP, no Brasil, e Pesquisador Associado ao Instituto Nacional de Pesquisas – INEP, na Guiné-Bissau.

A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DO ESTADO DA GUINÉ-BISSAU

As décadas de 70 e de 80 foram marcadas por duas importantes transformações políticas que, em síntese, resultaram das vicissitudes da Guerra Fria¹. A primeira delas foi a adesão democrática por um grupo de países, e a segunda se notabilizou pela autodeterminação de novos Estados em África, que optaram por modelos ditatoriais de partido único. Se, neste período, um grupo de países da Europa e da América do Sul aderiu à democracia, entre eles Portugal, Espanha, Grécia, Argentina, Brasil, dentre outros², paralelamente, na África portuguesa, a maioria dos cinco Estados que até então estavam sob os domínios portugueses obtiveram as suas independências por meio de uma luta armada.

De acordo com Silva^(a) (1997), à luz do direito internacional foram quatro os pilares em que se assentou a proclamação do *Estado guineense*³: os princípios da liberdade, universalidade, igualdade de direitos e cooperação internacional. Ou seja, eis o sentido de cada um dos pontos:

Liberdade, quer dizer, autodeterminação, descolonização completa, proibição do recurso à força e da intervenção estrangeira, banimento dos tratados desiguais, da ocupação estrangeira, das bases militares, etc. Universalidade, quer dizer, participação mais eficaz e completa nas organizações internacionais e nos seus órgãos, mediante revisão da sua composição. Igualdade de direitos, quer dizer, proibição de toda a relação de dominação, soberania igual, direito sobre os recursos naturais, etc. Cooperação internacional, quer dizer, direitos do homem, cooperação econômica, direito do desenvolvimento, etc (SILVA, 1997: 285).

Teoricamente, partindo desse pressuposto, o PAIGC saiu das negociações pela tomada da independência e entrou em Bissau em outubro de 1974 para inaugurar o início da primeira República. Naquele momento, assumiu pela primeira vez o desafio de lidar com a complexidade da máquina burocrática, principalmente com as contradições que a mesma requer, sobretudo no que diz respeito à distribuição dos cargos públicos e à garantia do bem-estar dos cidadãos. A situação era complexa, pois além de ter sido a primeira vez que o partido realmente teria contato com as exigências de governar, também apresentava escassez de militantes com a formação técnico-administrativa necessária para fazer a máquina pública funcionar.

¹ Sobre os reflexos da Guerra-Fria no mundo e, em particular, na África, consultar Hobsbawm (1995).

² Ver Huntington (1993)

³ Grifo meu.

Nesse sentido, vale observar a forma como se deu a transferência político-administrativa do poder. Isso porque a independência fora assinada sem que as partes levassem em consideração a condição peculiar das colônias, como no caso específico da Guiné, em que ainda não se formava uma estrutura técnico-administrativa nacional para assegurar a existência do novo Estado e dar continuidade aos desafios de governação⁴. Para compreender tal cenário é preciso reconhecer, entre outros, o ressentimento dos onze anos de confrontação militar e diplomática, além da pressão interna que se fazia na metrópole. Estes dois fatores podem estar na base de uma negociação que apenas teve como prioridade a desocupação em detrimento da elaboração de diretrizes consistentes que podiam servir de bases sólidas de sustentação para a implantação de um novo modelo político-governativo. Entretanto, se por um lado observa-se que o PAIGC por um longo período viu a maioria da sociedade que defendia sendo marginalizada dos principais direitos sociais, políticos e econômicos, preferiu uma independência total⁵, deixando de lado a oportunidade de poder contar com a contribuição e experiência de Portugal na instalação do recém proclamado Estado. Por outro, assistiu-se à excessiva euforia dos liberais do 25 de Abril que observavam apenas a retirada das forças coloniais como solução imediata. No entanto, os acordos de autodeterminação abdicaram dos impactos de mais de quatro séculos da presença no além-mar.

Conforme salientou Forrest (1993), o abandono total das forças armadas portuguesas, que na época eram um instrumento eficaz da estrutura organizativa que Portugal mantinha na Guiné, eliminou o mais importante mecanismo burocrático para a implantação do Estado pós-colonial. Essa atitude teve um rápido reflexo, uma vez que o partido se deparava, principalmente em termos administrativos, com uma notável escassez de profissionais capacitados para imprimir certo dinamismo burocrático ao serviço público. Outro fator a salientar é a pouca maleabilidade do PAIGC em decidir afastar ou colocar numa posição subalterna os indivíduos que serviram à administração colonial, alguns inclusive, condenados por crime de traição à pátria.

Não obstante, apesar de ser um regime eminentemente de ditadura militar, os Comissariados (termo na época equivalente aos Ministérios) foram assumidos por militantes que desempenhavam funções políticas durante a revolução na sua grande

⁴ De acordo com Fanon (2005), a descolonização é sempre um fenômeno violento a qualquer nível que for estudada. No entanto, a nosso ver, mais do que a violência armada praticada durante os anos da ocupação colonial portuguesa, os males advindos da forma como fora processada a descolonização foram graves e impactantes, tanto do ponto de vista político-social quanto econômico.

⁵ Alguns países africanos vizinhos da Guiné-Bissau, nomeadamente os da colônia francesa com a exceção da Guiné-Conakry, ao negociar as suas independências optaram pelo neocolonialismo em vez da independência total, ou seja, sistema em que o colonizador continua a influenciar a política econômica do país, enquanto que aos nacionais é reservada a responsabilidade política de governar.

maioria, situação que pode ser observada no decreto Lei N.º 3/73, de 24 de Setembro, que dispõe sobre a nomeação do Governo; enquanto que aqueles que se destacaram mais por habilidades militares concentraram-se nos quartéis ou desempenharam funções de governadores nas regiões ou de diretores gerais em repartições públicas. Muito embora, tanto de um como do outro lado, era visível a escassez de técnicos com qualidade necessária às exigências administrativas. De acordo com Forrest (1993), a prioridade do novo governo acentava em consolidar e reforçar o poder da burocracia estatal, tendo como ênfase aumentar as dimensões da burocracia com rápida proliferação de organizações governamentais e do recrutamento de centenas de novos servidores públicos. Desta forma, procura seguir assim os passos históricos da rápida expansão pós-colonial dada pelas burocracias estatais dos países como Senegal, Ghana, Serra-Leoa, Camarões, etc.

Em relação à situação de dificuldade que o partido enfrentou em termos administrativos, duas leituras se fazem presentes: a colonização, para uns, impediu os guineenses, tanto do ponto de vista educacional como administrativo, de ocuparem os cargos de proeminência burocrática⁶, seja no partido em oposição à liderança caboverdiana, ou na própria administração colonial. Para outros, entretanto, o próprio modelo político implantado no pós independência – a ditadura – criou um critério seletivo para indicar quem deveria assumir cargos no governo e no partido, sendo que o requisito principal seria a participação na luta de libertação. Muito embora as duas leituras sejam válidas para compreender a dinâmica política pela qual o país passou, é no entanto contraditório a independência que o partido afirma ter concedido às sociedades guineense e caboverdiana. Na realidade, não houve uma profunda transformação em termos de liberdade como embasamento para os direitos humanos, ou seja, na Guiné e em grande parte dos países africanos a independência não se traduziu em existência de oportunidades ao desenvolvimento. Observou-se apenas a substituição de uma força repressora estrangeira por outra nacional igualmente repressora. Ou seja, a “independência” conquistada não se configurou no conceito real da liberdade perspectivada por Sen (2000:25) que está intrinsecamente ligado aos cinco tipos distintos que inclui liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Entre os cinco tipos distintos, apenas “oportunidades sociais” podia ser muito timidamente percebida, tendo em conta que o acesso de pessoas à educação, ao emprego, à saúde e aos outros bens sociais se tornaram mais visíveis do que no período colonial. No entanto, contrariamente, não houve conciliação entre o que podemos chamar de projeto da independência com os requisitos da liberdade de acordo com as premissas

⁶ Ver Forrest (1993).

liberais dos direitos humanos. E as contradições verificadas, principalmente, na implementação de políticas públicas deveu-se, por um lado, à carência de preparo técnico-administrativo que são reflexos da herança colonial e, por outro lado, a ausência da liberdade imposta pelo regime e pela relação de poder estabelecida entre os atores em disputa desde os primeiros momentos da formação do movimento de libertação. Entretanto, um dos pontos de partida para a compreensão de relação de poder na Guiné-Bissau, além da sua complexa estrutura étnico-social, é o contexto da formação da elite nacional. Esse assunto será a nossa próxima abordagem.

A VANGUARDA DA ELITE GUINEENSE

A formação ou surgimento da elite guineense é anterior à formação do PAIGC e tem o seu limiar durante o processo colonial, no entanto, sua vanguarda era marcadamente mestiça. Nas colônias, com a exceção de Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe, a estrutura social era excludente e hierarquizava as populações em civilizados e indígenas⁷. Essa estratégia perversa pretendia forjar uma elite dos assimilados com a missão e obrigação de servir o sistema como instrumento de dominação e auxiliar na defesa dos interesses colonizadores junto às massas colonizadas que não eram consideradas cidadãos.

Naturalmente, como aconteceu com praticamente todos os movimentos de libertação na África lusófona, o surgimento do PAIGC fora forjado de cima para baixo por um número reduzido de pessoas conforme os registos do partido, no entanto, a maioria delas caboverdianas e/ou descendentes que tiveram a oportunidade, por um lado, de ter um nível acadêmico aceitável na época e, por outro, logicamente, de ter uma convivência muito próxima com o colonizador. Alguns eram servidores públicos com considerável influência social, caso de Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Fernando Fortes, e outros gozavam ainda dos privilégios familiares. Esses indivíduos foram preparados para serem instrumentos facilitadores da dominação e, devido às vicissitudes contextuais influenciadas pelas consequências da Segunda Guerra, acabaram por contribuir no dismantelamento do sistema colonial na África Lusófona e, conseqüentemente, com a criação de um Estado pós-colonial que tentou inspirar-se numa sociedade que tinha como base o princípio marxista-leninista.

Importa salientar o papel e/ou grau de influência que a elite dos assimilados exercia junto à administração metropolitana. Paradoxalmente, apesar de legalmente

⁷ A separação da classe nativa guineense em duas categorias, assimilados e indígenas, é a nosso ver um pressuposto de dominação que fora criado para favorecer os interesses coloniais, mas acabou sendo um entrave para os propósitos da colonização. Pois foram as elites locais das cinco ex-colônias que forjaram através dos movimentos por eles criados e dirigidos a retirada de Portugal da África.

gozar do estatuto de cidadão português, na prática, suas ações em termos decisórios não tinham uma notável influência na estrutura do poder colonial. Vários outros fatores, também, podem explicar a situação, a começar pela própria dinâmica colonizadora que subjetiva ou objetivamente impunha limitações. Pois, se por um lado a ascensão política era restrita aos portugueses originários, por outro, os recursos políticos⁸ que essa elite detinha dava-lhe uma enorme possibilidade de aceitação junto à sociedade a que de fato pertencia. Foi exatamente o que aconteceu na Guiné-Bissau com Amílcar Cabral, em Angola com Agostinho Neto, em Moçambique com Eduardo Mondlane e com outros líderes que usaram seus recursos políticos para fundamentar a idéia de uma consciência nacional forte que até então não existia nos seus respectivos países⁹. O surgimento dos movimentos de libertação marcou o limiar de uma organização mais abrangente e representativa que integrou diferentes classes sociais da terra e/ou descendentes numa estrutura hierárquica e sócio-política organizacional que defende uma justiça com equidade.

De acordo com Mosca (1992), em qualquer sociedade, seja de caráter político, econômico, social ou religioso, o controle do seu funcionamento fica nas mãos de uma minoria organizada que domina a tomada de decisão. Ainda segundo ele, o que leva essa minoria a dominar são os seus atributos que, geralmente, são altamente valorizados pela massa, como: a educação, a posição social, a tradição familiar, a posse, e os hábitos de classe. Foi nesta perspectiva que a elite emergente quase não encontrou dificuldades em adquirir de forma significativa o reconhecimento social que lhe permitiu liderar e desenvolver a revolução. Com o culminar da luta de libertação e simultaneamente a independência, o grupo que ativamente tomou parte nesta transformação político-social, naturalmente, ascendeu ao poder. Esse grupo em parte foi formado por assimilados ou “civilizados” que constituíam a congregação de mestiços¹⁰ e de negros sub-agrupados em operários urbanos, camponeses e desempregados, que passaram a substituir a liderança portuguesa no controle da máquina pública.

E qual foi a contribuição dessa nova elite no pós-independência? Na opinião de Augel (1996:139), muito embora um dos propósitos da luta de libertação foi o de garantir igual direito a todos os cidadãos, como acesso à educação, à saúde, à justiça e ao lazer, ou seja, de criar condições que atendessem às necessidades básicas das populações, a ação do Estado guineense após a independência tem resultado mais no

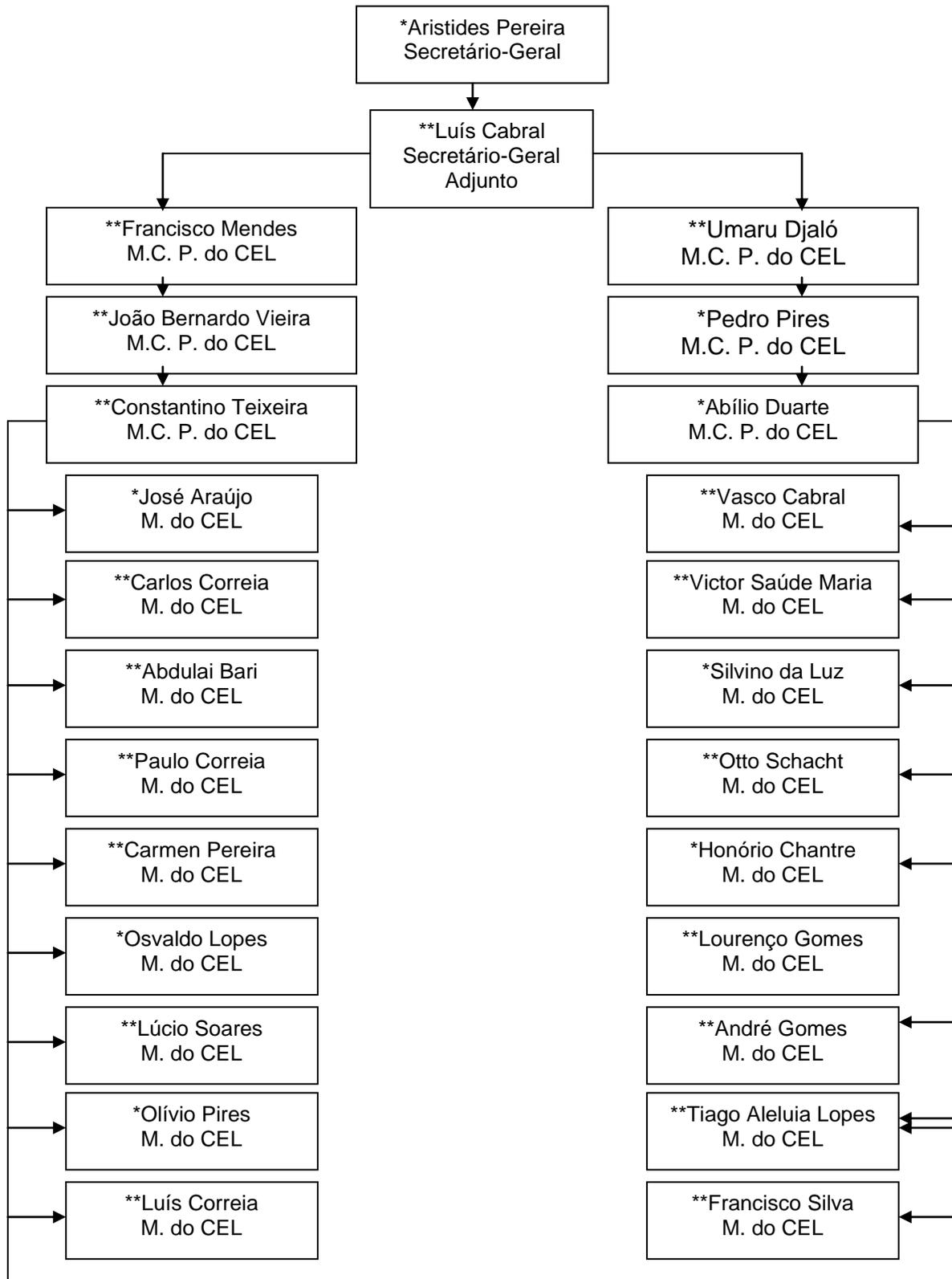
⁸ Para Dahl (2005) os recursos políticos são habilidades que podem ser usados para negociar vantagens para si, para um grupo ou para uma organização. Estes recursos podem ser: conhecimento, renda, status, etc.

⁹ Sobre a Construção da Nação na África ver INEP (1989).

¹⁰ Esse grupo denominado de “Burmedju” faz parte os descendentes de portugueses, caboverdianos, libaneses e outros.

privilegiamento da elite emergente do que em garantir os pressupostos pelos quais havia lutado. Bastava a ascensão ao poder para repetir as mesmas práticas da época da colonização. Essa contradição levou Augel (1996:151) a concluir que o Estado não pode excluir a longo prazo a massa, como aconteceu na Guiné-Bissau, visto que esta situação é suscetível à acumulação de problemas que resultam em revoltas sociais e conflitos armados, aliás, como o que vem acontecendo nos dias atuais. Grosso modo, pode-se dizer que a “elite intelectual”, pela própria conjuntura do regime que era fechada e por se encontrar na fase embrionária, não conseguiu influenciar de forma significativa as ações de governo.

Entretanto, o problema da desestruturação e/ou fragmentação da elite nacional iniciou-se no processo revolucionário. O epicentro do terremoto que sacudiu o partido pode ser observado naquilo que se considerava a sua espinha dorsal, que é a unidade Guiné e Cabo Verde. O “Calcanhar de Aquilis” que a estratégia colonial conseguiu acertar e destruir com ataques psico-sociais fomentando as diferenças sociais existentes e que, conseqüentemente, após seis anos da independência culminou com os acontecimentos de 14 de Novembro de 1980 pôs fim à idéia da unidade binacional. Ou seja, a grande questão estava na estrutura da direção da legenda, que apesar de ter mais guineenses se pensava que a minoria caboverdiana e/ou descendente considerada detentora de recursos políticos influenciava as tomadas de decisões:

Direção Superior do PAIGC Eleita no III Congresso¹¹

Em parte, numa perspectiva analítica sobre essa crise estrutural, pode-se dizer que situação deveu-se, por um lado, essencialmente à incapacidade que o partido

¹¹ Dos vinte e seis membros, apenas oito eram da Comissão Permanente Executiva de Luta (CEL). Os dezoito restantes eram apenas membros não permanentes. * caboverdiano; ** guineense.

demonstrou em não conseguir ocultar os benefícios seletivos¹² distribuídos entre os seus militantes, no qual as origens sociais e culturais são diversas. Por outro, a condição natural que a natureza propiciou as duas nações que é radicalmente diferente foi tácita e implicitamente determinante em provocar a separação entre dois povos exaltados no Hino Nacional que lhes era comum como “ramos do mesmo tronco”.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a ausência de uma elite organizada na Guiné que assume o papel de vanguarda tanto do ponto de vista intelectual, econômico e social contribuiu em criar dificuldades no exercício e no aperfeiçoamento do poder no âmbito do desenvolvimento de políticas públicas. Essa ausência de integração técnica elite/poder e vice-versa inverteu o papel da elite emergente que passou a usar seus recursos políticos para fins particulares de luta pela sobrevivência.

FATOS DA UNIÃO E QUEDA DA UNIDADE GUINÉ E CABO VERDE

Centrar a história da unidade Guiné e Cabo Verde no surgimento do PAIGC, em consequência do processo de luta que este desenvolveu para a autodeterminação dos dois povos, em nossa opinião, pode conduzir o analista à incompreensão de como se desenhou o percurso da relação de aproximação entre os dois povos. Essa fase começou a ser arquitetada pelos portugueses nos primórdios da colonização, quando começaram a levar escravos da costa ocidental africana para o arquipélago em função, principalmente, do tráfico negreiro. No entanto, sabe-se que até 1879, de acordo com a Carta de Lei de 18 de março, a Guiné administrativamente estava vinculada às orientações do administrador provincial de Cabo Verde¹³. Embora não podemos afirmar que o princípio da unidade iniciada pela colonização fosse igual àquela que o PAIGC depois tentava construir. Isso porque a unidade no primeiro momento além de não ter uma base ideológica real, centrava-se mais na união orgânica formal tendo como prioridade o aspecto físico-comercial, devido aos interesses econômicos que Portugal tinha na região. E, no entanto, não se pode dizer que Amílcar Cabral ao fundar o PAIGC em setembro de 1956 não levou em consideração o processo histórico e cultural dos dois povos. É óbvio que levou isso em consideração, porque, aliás, ele foi o resultado da “unidade” iniciada pela colonização, e depois, apenas atribuiu à nova unidade o que lhe faltava: o caráter ideológico que assentava numa consciência social e cultural real, ou seja, na identidade própria de pertença que recusa a dominação imposta pela colonização. Uma unidade que

¹² Sobre distribuição dos benefícios seletivos e coletivos, consultar Panebianco (2005).

¹³ Ver Silva (1997), apud René Pélissier.

transcendia a relação econômica e histórica e se fundamentava na construção de uma consciência coletiva. Tanto que, para Santos (1989:193), as transformações sociopolíticas do continente africano e do mundo em geral, abriram uma perspectiva importantíssima no processo da unidade das *populações da Guiné e Cabo Verde*¹⁴, e o PAIGC foi decisivo na tentativa de abolir as barreiras sociais existentes naquela altura.

Neste caso, em termos de análises, preferimos ressaltar três aspectos relevantes no processo de construção desse projeto binacional: o primeiro, a realidade físico-geográfica de Cabo Verde não era propícia ao tipo de resistência idealizada pelo PAIGC, tendo em consideração que, além de ser conjunto de dez pequenas ilhas, é uma região árida isolada no meio do Atlântico a algumas milhas do continente; o segundo, a relação histórica entre os dois povos e também a necessidade de fazer da união a força para enfrentar o inimigo comum; o terceiro era a dificuldade de conduzir uma mobilização bem sucedida nas ilhas, pois, o estatuto diferenciado de que gozavam os caboverdianos era entrave aos propósitos do PAIGC. Essa era a consciência que Cabral tinha da realidade e procurou encontrar na aliança, mecanismos viáveis para o desenvolvimento da luta de libertação. Por que a Guiné? Contrariamente a Cabo Verde, reunia condições necessárias à prática revolucionária mais segura, por contar não só com a ligação das fronteiras terrestres dos países vizinhos, mas aproveitando o sentimento de revolta à colonização que era mais visível no comportamento dos nativos da então Guiné-Portuguesa. Contudo, não é incomum observar a existência de pelo menos dois grupos de senso-comum com leituras diferentes sobre os motivos da unidade. Pois, o primeiro considera que a unidade fora forjada por Amílcar Cabral para libertar Cabo Verde cuja condição natural não propiciava a subversão nos moldes idealizada por ele, enquanto que o segundo, contrariamente, se argumenta que a condição do indigenato a que a grande maioria dos guineenses estava submetida constituía um entrave a organização de lideranças com competência para dirigir o complexo processo de luta de libertação.

Em verdade, acreditamos que uniu-se o útil ao agradável, pois a unidade independentemente de algumas inconsistências verificáveis teve importância social relevante na medida em que procurou criar uma identidade de pensamento entre classes sociais diferentes, no entanto, foi imprescindível para fazer face ao contexto da colonização. Naturalmente, Cabo Verde por ser uma sociedade homogeneia possuía na altura uma estrutura social com nível acadêmico mais elevado comparativamente a Guiné, cuja grande maioria teve negado o acesso à educação. Por isso, Cabo-Verde contribuiu majoritariamente com a parte da massa crítica do movimento de libertação

¹⁴ Grifo meu.

que se incumbia mais do aspecto funcional-administrativo e diplomático. Enquanto na Guiné, a ação do sistema ajudou a elevar o sentimento anti ocupação, e sendo o palco escolhido para desenvolver a primeira fase da luta, naturalmente, contribuiu para fornecer a força operacional para dirigir as ações de guerrilha. A partir dessa complementaridade na diferença, a analista Handem (1989:270) observa a importância da unidade:

É desta unidade, baseada numa vontade comum de libertação do jugo colonial, que vai nascer a luta e é desta luta que vai emergir a consciência nacional, compreendida como o sentimento de pertença a uma comunidade que ultrapassa as suas fronteiras *étnico-sociais*¹⁵ ou seja uma comunidade pluriétnica.

É importante também salientar que, externamente ao PAIGC, emergiram grupos com princípios nacionalistas que se opuseram à unidade Guiné e Cabo Verde, e que de forma direta ou indireta influenciaram a ala guineense do PAIGC também contrários à unidade. Entre essas organizações estavam a União Patriótica Anti-Colonialista da Guiné-Bissau (UPANG)¹⁶, a Juventude Unificada Revolucionária dos Guineenses (JURG) e a FLING (Frente de Libertação Nacional da Guiné) que foi a mais antiga e tradicional opositora do PAIGC e da unidade Guiné e Cabo Verde. A propósito, destas organizações, principalmente a primeira, o objetivo era acabar com o que eles chamavam de neo-colonialismo caboverdiano e a aproximação que o país tinha com os países socialistas do Pacto de Varsóvia e de Cuba. Apesar de viver sob um regime que vedava possibilidades de manifestação popular, clandestinamente os grupos oposicionistas, entre os quais a UPANG, utilizava panfletos tanto para divulgar o seu princípio ideológico quanto para manifestar a sua oposição à unidade Guiné e Cabo Verde. Eis o que extraímos de um dos manifestos da UPANG (1976:16-18):

(...) na Guiné-Bissau, ainda está longe de atingir a sua concretização, de acordo com a dignidade e os anseios do povo e também com a mística e promessas de libertação tão propaladas pela direção caboverdiana do PAIGC. Com efeito, o nosso povo continua dominado e vexado aos olhos do mundo. O mesmo povo que viveu a euforia da libertação, colaborou com o PAIGC, enquanto movimento de libertação nacional, e o vitoriou, esse mesmo povo vive, agora, após a independência, a dilaceração do cativo e da opressão.

¹⁵ Grifo meu

¹⁶ A UPANG é a fusão de União Patriótica da Guiné (ex-MLG), com a Organização Anti-Neocolonialista da Guiné-Bissau (OANG), celebrada de acordo com o manifesto publicado no dia 7 de Janeiro de 1977.

O neocolonialismo caboverdiano na nossa terra, as prisões e fuzilamento de patriotas anti-colonialistas e anti-neocolonialistas, a imposição ditatorial da unidade Guiné com as ilhas de Cabo Verde, a criação de campos de concentração em Cumeré, Mansoa, Morés, Madina do Boé, Canchungo e outros locais, a total submissão do povo ao medo e à miséria extrema, revelam os odiosos crimes e massacres que os recolonizadores perpetuam no nosso país.

Grosso modo, alguns guineenses que faziam oposição à unidade, em particular, e também parte dos que eram militantes do partido, observavam o projeto da unidade entre os dois povos como uma “outra” colonização, desta vez, do povo caboverdiano. Em razão disso, além das causas oficiais assumidas publicamente pelo Conselho da Revolução, o presidente da República Luís Cabral, embora tenha nascido na Guiné¹⁷, era visto, provavelmente por causa da sua cor da pele, mais como um caboverdiano do que como um guineense. Ou seja, nos dias atuais, além do componente étnico presente na disputa democrática pelo poder, a cor implícita ou explicitamente continua a determinar a legitimidade de quem deve ocupar o mais alto cargo da magistratura nacional.

A direção do partido ao não conseguir garantir o equilíbrio de participação nos governos da Guiné e de Cabo Verde provocou rotura com o seu princípio ideológico de unidade. Para a ex-combatente Maria Augusta Furtado¹⁸ não houve a verdadeira unidade. Segundo ela, da mesma forma que havia a presença caboverdiana nos altos cargos administrativos civis e militares no governo da Guiné, deveria existir guineenses em Cabo Verde a ocupar funções na estrutura do governo. Existindo isso, em sua opinião, poder-se-ia evitar o desmembramento da unidade da forma que aconteceu. Entretanto, o que se constatava era o seguinte: na Guiné havia cidadãos caboverdianos ocupando e dirigindo altos cargos na administração pública civil e militar, enquanto que em Cabo Verde não havia um guineense desempenhando função de mando. De acordo com uma das premissas de Panebianco (2005), esse comportamento inevitavelmente contribui na fragilização da organização, ou seja, a distribuição do que ele chama de incentivo coletivo e seletivo é indispensável para o controle de fatores que podem criar desequilíbrios na organização e sua consequente desintegração.

Desta forma, mesmo apesar do sucesso no campo militar sob o mérito da unidade binacional, com a conquista da independência, no campo político ou das idéias, instalou-se a contradição no seio do partido que ganhou notável proporção com

¹⁷ De acordo com o próprio Luís Cabral (1984), ele nasceu em Bissau no dia 10 de Abril de 1931.

¹⁸ Combatente de liberdade da pátria, viúva de Víctor Saúde Maria, também combatente de liberdade da pátria que durante a sua vida assumiu funções de ministro dos Negócios Estrangeiros, primeiro-ministro e presidente da Câmara Municipal de Bissau. Na abertura democrática fundou o PUSD.

aprovação da nova Constituição no dia 10 de Novembro de 1980. Entretanto, quatro dias após a aprovação do novo projeto constitucional que deveria entrar em vigor a partir de 1 de Janeiro de 1981, ou seja, no dia 14 de Novembro de 1980, o país conheceu a primeira alteração violenta da ordem constitucional: o golpe de Estado que depôs o então presidente da República, Luís Cabral. Ao observar o desenrolar das contradições no partido, o estudioso Silva^(a) (1997:52) concluiu que a unidade foi um fator de tensão de divisão e do independentismo, portanto, a explicação última das crises que o PAIGC atravessou naquele momento.

A TRANSIÇÃO DO CONFLITO

A existência de crises (ou contradições) é própria das organizações¹⁹. No caso do PAIGC, que nasceu como um movimento revolucionário, a subversão interna por meios violentos, recurso às armas e à intolerância ideológica marcaram sucessivamente a fase anterior e posterior a ruptura com Cabo Verde. Ao abdicar de considerar a sua própria diversidade que, aliás, era um princípio estatutariamente declarado, o PAIGC, no ponto de vista do que é política para Arendt (2007:21), deixou de concebê-la como relação entre diferentes e primou de forma dogmática pela homogeneização ideológica de princípios que conseqüentemente o conduziu a crises profundas e violentas.

De acordo com Sambú (1998), a situação de conflito instalado no PAIGC, no período pós 14 de Novembro, tem duas possíveis explicações: a primeira, é a disputa entre Mandingas e Beafadas liderada, sobretudo, pelos coronéis Iafai Camará e Ansuma Mané anti Balantas, sob a liderança de Paulo Correia e Viriato Pã; a segunda foi a consequência do referido antagonismo que resultou na fomentação das intrigas palacianas atribuindo poderes às armações da polícia política (civil e militar) que culminou em prisão arbitrária e fuzilamento de militantes e altos responsáveis do partido, majoritariamente da etnia Balanta.

Em relação à explicação da vertente étnica no conflito guineense e, principalmente, à tentativa de identificar ou rotular alguns grupos como guerreiros por natureza, vale discordar de afirmações que apontam aos Balantas tal característica. A adesão massiva Balanta à luta de libertação nacional tem que ser observada, entre vários outros fatores, como uma imposição circunstancial. Ou seja, o teatro da luta decorreu numa região predominantemente habitada por esse grupo étnico e, na situação de sofrimento a que inevitavelmente estavam expostas, seus habitantes foram obrigados a aderir à luta como meio de se defender dos violentos ataques. No

¹⁹ Ver Panebianco (2005).

mais, o desencadeamento da luta na região sul e norte, principalmente, não foi apenas pela “valentia dos grupos étnicos” que habitam a região, em grande parte Balantas e Mandingas. Mas, Amílcar Cabral no seu estudo agrário sobre os solos da Guiné²⁰ conseguiu observar a mais valia dos fatores geográficos e climáticos que essas regiões podem oferecer ao desenvolvimento da luta. No primeiro, visionava o apoio dos países vizinhos (Senegal e Guiné-Conakry) na altura já independentes, enquanto que no segundo, além da retaguarda com a vizinha Guiné-Conakry sabia das dificuldades que as densas florestas, chuvas intensas, rios e pântanos podem causar às tropas coloniais que, naturalmente, não estão habituados a essas características climáticas. Contudo, não se deve subestimar a contribuição e o destaque dos Balantas na defesa da independência da Guiné, só que desconsiderar outros fatores nessa leitura pode ocultar a compreensão da realidade em redor.

Talvez a estrutura criada pelo poder foi responsável por vários outros conflitos, sendo que dois deles marcaram a história do partido na década de 80, como os casos de 13 de março de 1984 e 17 de outubro de 1985. Entretanto, a configuração de disputa se tornou visível a partir do segundo acontecimento, momento em que houve uma implícita acusação de que a ala Balanta pretendia assumir o poder. No entendimento de Helder Proença²¹, a explicação para a exacerbação de conflitos no partido deveu-se ao fato de que:

(...) herdamos as crispções existentes entre facções na luta e que foram reportadas pela fase pós-independência, porque há uma coincidência entre a geração que dirigiu a luta de libertação nacional e a que dirigiu o o país no pós-independência. Portanto, houve rivalidades que começaram desde luta de libertação nacional e cristalizaram depois da independência. E, muitas coisas, penso eu, por além de outras justificações tem um cunho de ajustes de contas. É mais isso, do que lutas étnicas. Eu penso que, não era, digamos, uma estratégia elaborada no sentido de perseguição étnica dentro do partido, mas talvez sim, algum método que se herdou da luta de libertação nacional de certas pessoas. As intrigas políticas que chegaram a pontos extremos que levaram a tomar medidas penosas dentro do partido. Isso tem a ver mais com intrigas políticas palacianas, revalidadas entre atores e lideranças de opiniões dentro do partido do que, efetivamente, uma perseguição étnica clara, isto é a minha visão.

²⁰ Sobre esse estudo ver Cabral (1988).

²¹ Entrevista concedida no dia 17/08/08 por Helder Proença. Foi acusado de uma suposta tentativa de golpe de estado, na sequência assassinado por militares no dia 5 de junho de 2009.

Tanto quanto o militante Helder Proença, o oposicionista Domingos Fernandes da RGB/MB, acha que a questão étnica não é no fundo a única explicação para entender as contradições e o fracasso do desempenho político partidário do PAIGC. Para eles, o componente étnico apenas começou a ganhar o espaço no tradicional cenário conflituoso do PAIGC, exatamente após o golpe de estado de 1980. No entanto, consideram o PAIGC, entre a maioria dos grupos políticos existentes hoje na Guiné, como o que menos tem esse componente a condicioná-lo.

A Guiné-Bissau apresenta uma estrutura social heterogênea, composta por aproximadamente cerca de vinte grupos étnicos, sendo que alguns já estão em extinção. E a semelhança de grande parte de países africanos, essa composição social aliada ao baixo índice de alfabetização e a pobreza extrema têm sido problemas que obstaculizam o funcionamento das instituições. Contudo, oficialmente a existência do componente étnico continua sendo negligenciado pelo poder público e, às vezes, por alguns analistas descuidados com o cenário político-social local como um dos entraves ao processo democrático nacional, no entanto, da construção de uma verdadeira nação. A forte presença da pertença étnica no comportamento dos cidadãos está a inibir nos dias atuais o sentimento da nação e a abrir possibilidades para o acirramento do conflito de caráter étnico. O quadro abaixo mostra a distribuição representativa dos grupos mais numerosos na estrutura social guineense:

Grupos étnicos	%
Balantas	26
Fulas	25,4
Mandingas	13,7
Manjacas	9,2
Papéis	9,2
Mancanhas	3,54
Beafadas	3,2
Bijagós	2,1
Felupes	1,43
Nalús e Sossus	1,2
Outros*	5,3

Quadro 1 - Representação percentual das etnias por população
*Acrescentado pelo autor. **Fonte:** (Censo 1991) in: Nóbrega (2003)

Não obstante, o PAIGC por ter surgido num momento particular da história nacional em que havia uma mobilização à unidade nacional, internamente é muito

difícil perceber na sua estrutura política a predominância de um dos grupos acima representados. Em nenhum momento um grupo conseguiu ter o domínio visível ao ponto de provocar insatisfação entre outros militantes. Grande maioria das manifestações conflituosas acontece na estrutura das FARP, ex-braço armado do partido. Por que isso acontecia? Na observação de Silva^(b) (2003) após o golpe de 1980, os Balantas que sempre constituíram o grupo majoritário das FARP, eram vistos pelo então poder como uma ameaça. Entretanto, esse sentimento de que os Balantas constituem perigo, paulatinamente, estigmatizou-se-lhes e impediu que oficiais dessa etnia ocupassem cargos estratégicos de mando na estrutura militar como, por exemplo, a de chefia de Estado-Maior ou dos três ramos – Marinha, Exército e Força Aérea. Comportamento tácito que posteriormente foi reforçado pela existência excessiva de corrupção na administração pública, tráfico de armas e de drogas que contribuíram com a instalação da lógica da violência e dos conflitos que passaram a ser resolvidos na ponta das armas conforme referem os analistas.

Os ventos da mudança que iniciaram na Europa socialista com a queda do muro de Berlin em 1989 atingiram os países africanos adeptos do regime socialista. E a Guiné-Bissau, que até então perfilava no grupo de países de regime unipartidário, viu-se obrigada a aderir às transformações em curso. Contudo, para o PAIGC, que havia estado há dezesseis anos no poder, era difícil conceber a mudança e abandonar as práticas repressivas de controlo do Estado. Nessa resistência à mudança, internamente os jovens quadros tentaram instrumentalizar a possibilidade de criar uma democracia interna e, sobretudo, criar condições e/ou espaços de diálogo entre as clivagens que facilitasse a estruturação e a circulação da elite na legenda. Refiro-me à iniciativa do movimento da Carta 121 surgida durante o II Congresso Extraordinário do PAIGC, realizado em janeiro de 1991 nas instalações militares de Base Aérea. Essa situação não foi bem vista pela ala conservadora defensora do centralismo democrático, onde estava inserido o presidente Nino Vieira e alguns de seus colegas veteranos da guerra colonial. Situação que provocou dissidência de alguns militantes, na sua grande maioria pertencentes à geração mais nova que decidiu fundar ou aderir outras forças políticas. Não obstante, o país transitou para a democracia com um conjunto de contradições mal resolvidas tanto dentro das estruturas do partido no poder durante regime unipartidário, quanto no seu braço armado, as FARP, que na era democrática está a protagonizar crises profundas que obstaculizam a institucionalização da democracia.

Como tal aconteceu com a tomada de independência, o processo de abertura política também não conseguiu apagar crispações produzidas durante a ditadura resultante de luta pelo poder dentro da estrutura do PAIGC. Não obstante, a transição

do regime foi acompanhada por conflitos mal resolvidos, que a um dado momento do processo começaram a manifestar-se com requintes de violência institucionalizada caracterizada pelo domínio do poder militar sobre o poder constitucional civil. E o cenário da produção e reprodução da violência se sustenta no aperfeiçoar de práticas ilegais individuais ou de grupos que procuram inibir a ação de Estado no processo da consolidação das instituições.

Em linhas gerais, um dos entraves à construção do Estado na Guiné-Bissau é a ausência de uma elite intelectual, política e econômica ativa que sirva de referência social e que, sobretudo, consiga imprimir uma proposta e/ou modelo de sociedade fundada nos princípios de respeito pelos direitos e liberdades sociais.

BIBLIOGRAFIA

- Arendt, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.
- Augel, Johannes. *Democratização e a formação de elite*. In: *transição democrática na guiné-Bissau e outros ensaios* (Orgs: Augel, Johannes & Cardoso, Carlos). Bissau, Instituto de Estudos e Pesquisa-INEP, pp: 139-151, 1996.
- Cabral, Amílcar L. *Estudos Agrários de Amilcar Cabral*. Instituto de investigação científica tropical e instituto nacional de estudos e pesquisa. Lisboa-Bissau, 1988.
- Cabral, Luís S. *Crônica da Libertação*. O jornal editora. Lisboa, 1984.
- Dahl, Robert A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo, Edusp, 2005.
- Fanon, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2005.
- Forrest, B. Joshua. *Autonomia burocrática, política econômica num Estado "suave": o caso da Guiné-Bissau pós-colonial*. Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa-INEP, Revista Soronda, pp:57-95, 1993.
- Handem, Diana Lima. *A historicidade da construção nacional na Guiné-Bissau: a luta de libertação e formação da nação guineense*. In: *A construção da Nação em África: os exemplos de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe*. Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa-INEP, pp.269-280, 1989.
- Hobsbawm, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- Huntington, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo, Editora Ática, 1994.
- Mosca, Gaetano. *La classe Política*. México, fondo de cultura econômica, 1992.
- Nóbrega, Álvaro. *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*. Lisboa, Editora ISCSP, 2003.
- Panebianco, Ângelo. *Modelos de partidos: organização e poder nos partidos políticos* São Paulo, Martins Fontes, 2005.
- Relatório do III Congresso do Comitê Central do PAIGC*. Bissau, 1977.
- Sambu, Queba. *Ordem para matar: dos fuzilamentos ao caso das bombas da Embaixada da Guiné*. Lisboa, edições referendo, 1989.
- Sen, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- Silva^(a), António E. Duarte. *A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa*. Porto, Edições Afrontamento, 1997.
- Silva^(b), Fernando Delfim da. *Guiné-Bissau: páginas de história política, rumos da democracia*. Bissau, Firquidja editora, 2003.
- Upang: *Manifesto, Programa e Estatuto*. Bissau, Publicações Nova História, 1976.